

ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA NO JORNALISMO DIGITAL: DESAFIOS À PRÁTICA E À FORMAÇÃO

Communicative accessibility in digital journalism: challenges to practice and education

Accesibilidad comunicativa en el periodismo digital: desafíos para la práctica y la formación

Felipe Collar Berni¹

DOI: doi.org/10.31501/esf.v2i36.16531

Resumo: O artigo analisa a ausência de acessibilidade comunicativa no jornalismo digital e suas implicações para o direito à comunicação de pessoas com deficiência. A partir de uma abordagem teórico-reflexiva, articula cidadania comunicativa e função social do jornalismo para problematizar barreiras informativas nas práticas contemporâneas. Defende a acessibilidade comunicativa como característica constitutiva do jornalismo digital e aponta a urgência de sua incorporação na formação em Jornalismo.

Palavras-chave: Acessibilidade comunicativa. Jornalismo digital. Direito humano à comunicação. Cidadania comunicativa. Ensino de jornalismo.

Abstract: The article analyzes the absence of communicative accessibility in digital journalism and its implications for the right to communication of people with disabilities. Based on a theoretical-reflective approach, it articulates communicative citizenship and the social function of journalism to problematize informational barriers in contemporary practices. It argues for communicative accessibility as a constitutive feature of digital journalism and highlights the urgency of its incorporation into journalism education.

Keywords: Communicative Accessibility. Digital Journalism. Human Right to Communication. Communicative Citizenship. Journalism Education.

Resumen: El artículo analiza la ausencia de accesibilidad comunicativa en el periodismo digital y sus implicaciones para el derecho a la comunicación de las personas con discapacidad. Desde un enfoque teórico-reflexivo, articula ciudadanía comunicativa y función social del periodismo para problematizar las barreras informativas presentes en las prácticas contemporáneas. Defiende la accesibilidad comunicativa como una característica constitutiva del periodismo digital y señala la urgencia de su incorporación en la formación en Periodismo.

Palabras clave: Accesibilidad Comunicativa. Periodismo Digital. Derecho Humano a la Comunicación. Ciudadanía Comunicativa. Enseñanza del Periodismo.

¹ Doutor; Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil. felipe.collar@ufrr.br | <https://orcid.org/0000-0002-6863-8698>

Introdução

Experientiamos um jornalismo digital deficiente. Ao repercutir essa afirmação, reivindicamos compreender a deficiência a partir do modelo biopsicossocial, sinalizando um deslocamento do modelo médico e individualizado para uma perspectiva estrutural e sociocultural. Com essa lente, analisamos a deficiência como interação entre pessoas e barreiras estruturais, comportamentais e culturais que impedem a participação plena de pessoas com deficiência na sociedade de forma igualitária, promovendo limitações, desvantagens e exclusões. O *Relatório Mundial sobre a Deficiência* (Organização Mundial da Saúde, 2011) destaca os fatores ambientais na experiência e extensão da deficiência, que criam obstruções à participação e à inclusão. Ao tensionar o jornalismo como uma ambiência social, temos a oportunidade de (re)pensar seu modelo, *práxis* e ensino, almejando torná-lo um espaço acessível para a inter-relação autônoma de um coletivo plural de cidadãos.

Quando observamos a quantidade de pessoas com deficiência (PCD) no mundo, a estimativa da OMS supera a casa do bilhão. No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua², realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, indica que, entre as 198,3 milhões de pessoas com dois anos ou mais de idade, 14,4 milhões (cerca de 7,3%) são pessoas com deficiência (IBGE, 2023). Temos, desse modo, um montante populacional que configura as PCD como uma das maiores minorias sociais do planeta. Quando posicionamos a comunicação na qualidade de direito humano (Guareschi, 2013) e o jornalismo, a partir de seus contratos sociais, como instituição responsável por orientar e situar o cidadão na concretude do cotidiano, reivindicamos que as produções

² É importante destacar que os dados apresentados a partir da pesquisa de 2022 mostram uma redução significativa no número de pessoas com deficiência no Brasil, em comparação com os indicados pelo Censo de 2010, que alcançavam cerca de 24%. Essa redução está relacionada à nova metodologia adotada pelos realizadores da pesquisa, conforme a Nota Técnica IBGE 01/2018. Essa nota segue as orientações do Grupo de Washington sobre Estatísticas de Deficiência, vinculado à Comissão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU), que introduziu um novo critério de corte.

jornalísticas garantam que todos os públicos, sem distinção de qualquer natureza, possam se inter-relacionar com seus conteúdos de forma autônoma, ou seja, sem depender do intermédio de terceiros.

Essa necessidade por autonomia não pode ser encarada como utopia pelo campo e pelas instituições de comunicação. O Estatuto da Pessoa com Deficiência³, cujo ano de 2025 celebra uma década de sua promulgação, assegura o direito à acessibilidade, dentre outros fatores, para projetos de comunicação e informação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação (TICs). É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet, da mesma forma que se impõe aos serviços de radiodifusão, áudio e audiovisual a necessidade de permitir o uso de recursos de alcance e inteligibilidade de forma autônoma (Brasil, 2015). Ao falar de acessibilidade, torna-se oportuno caracterizá-la: nesse esforço, entendemos a acessibilidade comunicativa como recursos, estratégias, práticas, processos e métodos de linguagem e comunicação, como audiodescrição, legendas, Libras, braille, por exemplo, que maximizem a autonomia, a mobilidade e a qualidade de vida de pessoas com deficiência, rompendo com as barreiras informativas que as impedem, independentemente de qual seja sua deficiência, de consumirem conteúdos midiáticos e comunicacionais de forma livre e autônoma.

Dado esse panorama, nosso esforço mobiliza dois objetivos: primeiro, compreender as pessoas com deficiência como público do jornalismo, sinalizando suas demandas frente ao modelo hegemônico de jornalismo que se apresenta na contemporaneidade; e, também, tensionar a falta de recursos e práticas de acessibilidade comunicativa, de maneira particular no jornalismo digital, que acabam por ferir, portanto, o direito humano à comunicação desses sujeitos, que têm especificidades que precisam ser assistidas para que usufruam e exercitem sua cidadania.

³A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015, art. 1º).

Para dar conta do proposto, alguns movimentos foram necessários. Primeiro, repercutir e problematizar a necessidade de compreender a acessibilidade comunicativa como uma das características que deveriam constituir o exercício do jornalismo digital (Bonito, 2016; Bonito & Santos, 2020; Canavilhas, 2014), contribuindo para uma (auto)reflexão do campo acadêmico e profissional sobre como o próprio jornalismo é deficiente (Bonito & Guimarães, 2023). De maneira entrelaçada, mapeamos a forma como o debate da acessibilidade comunicativa para o jornalismo digital vem sendo fomentado no campo da comunicação. Para isso, iniciou-se um levantamento nos principais catálogos e acervos de produção científica do Brasil, buscando entender como, e a partir de quais lentes, estão sendo percebidas e levadas em consideração as particularidades das pessoas com deficiência nas inter-relações com os produtos jornalísticos na web, bem como de que maneira o jornalismo digital vem produzindo e experimentando conteúdos acessíveis.

Em esforços reflexivos e colaborativos ao jornalismo, é possível observar sinalizações que repercutem também uma deficiência estrutural nos modelos curriculares que sustentam a formação do profissional jornalista (Bonito, 2016; Bonito & Santos, 2020; Collar Berni, 2024; Sousa, 2014; Wobeto, 2025). Ou seja, podemos tanto travar o debate a partir do modelo de negócio que envolve o jornalismo na contemporaneidade quanto de um vazio nas Escolas de Jornalismo, que não estimulam uma reflexão crítica e propositiva, tampouco o manuseio das ferramentas de acessibilidade comunicativa nos produtos jornalísticos. Lacuna esta que reverbera nas redações jornalísticas (Beilfuss, 2016): seja por meio do desconhecimento dos recursos, passando pela justificativa da pouca familiaridade em seu exercício e chegando até mesmo ao descarte das PCD no consumo das produções.

Almejamos, com tudo isso, contribuir para a compreensão das pessoas com deficiência como sujeitos comunicantes que se inter-relacionam com o jornalismo digital, observando obstáculos que impedem o exercício de sua cidadania comunicativa e a construção de um referencial que ajude a refletir

as deficiências do ensino e do exercício jornalístico, sendo propositivo em seu fortalecimento, renovação, aderência e pertinência social.

“A cega sou eu, mas é a sociedade que não me enxerga”: reconhecendo pessoas com deficiência como público jornalístico

Ao recuperar a expressão que a influencer Nathalia Santos utilizou em seu Instagram para marcar o Dia da Pessoa com Deficiência Visual⁴, denunciando o sentimento de não se ver “representada, pertencendo e participando ativamente em quase lugar nenhum” e exigindo respeito e consideração por sua humanidade e escolhas (Santos, 2021), enquanto comunicadores, devemos olhar para as estruturas que sustentam o jornalismo, que tem por ofício mais genuíno fazer com que os fatos passem a ser percebidos, levados em consideração e discutidos na esfera social do cotidiano. Ou seja, problematizar o quanto o atual *modus operandi* jornalístico contribui para que tantas outras Nathalias vivam na invisibilidade informacional, social, política e cidadã.

O exercício de considerar as pessoas com deficiência como público jornalístico passa necessariamente por reconhecer que o jornalismo não produz para esses sujeitos. Isto é, não garante que as particularidades das PCD sejam assistidas e que seu direito humano à informação e à comunicação seja alcançado. Perceba que há uma quebra no contrato social entre o jornalismo e essa parcela significativa da sociedade, ocasionando não só rupturas em suas mútuas inter-relações, mas reverberando em outras instâncias que constituem a esfera da vida comum. Ou seja, a partir do entendimento e da defesa do jornalismo como instituição legítima no ordenamento e na construção social da realidade, como forma de conhecimento público capaz de fazer com que os acontecimentos passem a existir na consciência das pessoas, não se deve negligenciar os pormenores de um grupo que constitui

⁴ Celebrado em 13 de dezembro de 2021. Já Nathalia Santos em suas redes sociais se define como jornalista, palestrante, cega e mãe.

uma parcela significativa da população brasileira. Por ser uma instituição mediadora, o jornalismo se entrelaça com diversas outras que edificam o espaço social; logo, os problemas do campo do jornalismo não são apenas obstáculos internos, mas de toda a sociedade. Conforme atesta o Relatório McBride, “o direito à comunicação constitui um prolongamento lógico do progresso constante em direção à liberdade e à democracia” (Unesco, 1983, p. 287).

Ao privilegiar entrar nas nuances constitutivas da acessibilidade comunicativa no jornalismo digital, sinalizamos a problemática envolvendo o direito humano à comunicação. Esse movimento é fruto de uma postura científica em reafirmar o alicerce da discussão, rechaçando os dizeres que a consideram como uma compreensão já dada, por entendermos que não é, visto que, caso fosse, e o jornalismo garantisse que, sem distinção, todos os cidadãos pudessem consumir seus produtos de forma autônoma, poderíamos somar esforços para repensar e superar o modelo de negócio hegemônico capitalista no qual muitos pesquisadores concentram toda a sua carreira. Como o campo ainda não encontrou uma saída, seguimos nos esforçando para que, mesmo dentro dessa estrutura, possamos garantir que as pessoas com deficiência tenham algum tipo de participação.

De forma breve, podemos mobilizar compreensões que nos ajudam a refletir sobre o direito humano à comunicação. Existem leituras que sinalizam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas, como a gênese da materialização da comunicação como direito: “toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ONU, 1948, artigo XIX). Pedrinho Guareschi compreende que todos os demais direitos possuem origem na dimensão comunicativa do sujeito: “Ser humano é comunicar-se. É uma dimensão intrínseca de seu ser” (2013, p. 176). Com essa lente, entendemos que o direito humano à comunicação extrapola a simples participação, avançando na capacidade de criar, reformular e

influenciar espaços de liberdade, autonomia e cultura, componentes intrínsecos ao exercício da cidadania. Assim, é possível compreender que a relação entre direitos humanos e comunicação se concretiza com a participação de todas e todos no processo comunicativo, carregando consigo as lutas em prol da dignidade humana. Está aí uma particularidade desse direito: seu caráter emancipador.

Reivindicamos que, para observar as pessoas com deficiência em suas inter-relações com os meios e posicioná-las como público jornalístico, torna-se inevitável romper com visões estruturalistas, positivistas e funcionalistas que negligenciam ou minimizam os usos, levando em conta as apropriações e ressignificações que esses sujeitos fazem dos conteúdos comunicacionais no momento da “recepção”. Reconhecemos que esses momentos não são ordenados ou neutros; pelo contrário, são múltiplos, apresentam conflitos, contradições e complexidades, sendo atravessados por diferentes mediações socioculturais que potencializam a singularidade desse processo. Assumimos, portanto, as PCD como sujeitas comunicantes, ou seja, “pessoas em comunicação, que se inter-relacionam contemporaneamente com os sistemas e os processos midiáticos, produzem sentido de maneira fluida, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversora” (Maldonado, 2013, p. 90). Compreendê-las, pois, como sujeitos comunicantes com deficiência nos aproxima da cidadania comunicativa e da constante luta por seu exercício.

Comungamos do entendimento do jornalismo como um direito essencial para a conquista, o exercício e a manutenção da cidadania. A cidadania não é um conceito universal, mas um conceito em disputa, o qual cada período histórico e visões políticas vislumbram de maneira distinta. María Cristina Mata o articula como participação e intervenção no espaço público, influenciando a apropriação de direitos e possibilidades, ou seja, “práctica que implica la capacidad de ser sujeto en todos los ámbitos en que se construye el poder” (Mata, 2006, p. 08). Assim, a experiência cidadã não se resume apenas ao exercício dos deveres e direitos numa relação indivíduo-Estado, mas abrange todo um modo de

participação e intervenção no espaço público e digital. Dessa forma, quando buscamos a historicidade dos direitos humanos, essas perspectivas apontam para a geração que constitui o direito à comunicação e reiteram a necessidade de participação no processo comunicacional como forma de constituir espaços potencializadores da liberdade e da autonomia. Chegamos ao cerne da questão envolvendo a cidadania comunicativa, na qual Mata (2006, p. 13) a define como “la capacidad de ser sujeto de derecho y demanda en el terreno de la comunicación pública, y el ejercicio de ese derecho”, ou seja, caracteriza os processos midiáticos como espaço de visibilidade e produção de direitos e deveres, consequentemente, a necessidade de o cidadão ocupar, participar e influenciar esses espaços, instigando a agenda de discussão e a construção de conotações valorativas. É uma forma de ampliação da capacidade de intervenção e de ação das múltiplas naturezas sociais, sejam elas de caráter político, cultural ou comunicacional, fato que interliga a comunicação à cidadania, pois é a partir da comunicação que se conhece a opinião e a expressão do indivíduo, levando-o à participação sem restrição na vida social. Nesse sentido, entende-se a cidadania comunicativa como elemento imprescindível para a existência de uma sociedade democrática e de cidadãos livres.

Reconhecer a comunicação como direito humano e fundamental para o exercício pleno da cidadania torna-se força propulsora para avançar na discussão desse entendimento, levando em consideração as especificidades das pessoas com deficiência. Nesse sentido, entende-se “a Cidadania Comunicativa como um ‘espaço’ em que as PcD, ao mesmo tempo em que exercem o seu direito à comunicação e à informação, fortalecem-se num processo de (re)conhecimento em ações concretas, ao permitir a construção de novas relações com o mundo” (Bonito, 2016, p. 188). Nessa perspectiva, a acessibilidade comunicativa se apresenta capaz de contribuir para problematizarmos a inter-relação das pessoas com deficiência não só com o jornalismo digital, mas com os meios como um todo, inter-

relações que se apresentam de formas multidimensionais, mobilizando e entrelaçando dimensões culturais, políticas, sociais e, sobretudo, comunicacionais.

Ao falar de acessibilidade comunicativa e, conseqüentemente, da falta dela no jornalismo, nos deparamos com um imbróglio: ao olhar para as redações, vemos profissionais que não praticam, quiçá nem mesmo saibam do que se trata (Beilfuss, 2016); ao deslocar o olhar para os espaços formativos dos jornalistas, encontramos um campo que pouco ou quase nada privilegia o debate em relação à mídia e à deficiência e a relação de causa e efeito que negligencia a discussão. Nesse contexto, como enxergar Nathalias?

A acessibilidade comunicativa como característica do jornalismo digital

Para caracterizar uma nova face do jornalismo, é corriqueiro que se busque demarcar aquilo que o torna singular. Com o jornalismo digital não foi diferente. João Canavilhas (2014), por exemplo, sintetiza sete particularidades que distinguem o jornalismo que se faz na Web daquele que se faz em outros meios: multimedialidade, interatividade, hipertextualidade, instantaneidade, personalização, ubiquidade e memória. Há, nessa processualidade, um entrelaçamento de distintas nuances sociais que atravessam, também, o fazer jornalístico: a internet, a digitalização, o hibridismo, a plataformização, os algoritmos, a convergência tecnológica etc. O impacto dessas transformações no exercício jornalístico é observado por Ramón Salaverría (2019) em sua multidimensionalidade, extrapolando o aspecto tecnológico e reorganizando os modos de gestão, financiamento, produção, acesso e participação. Situadas no modelo hegemônico cultural-capitalista, as transformações e inovações sofridas pelo jornalismo buscam, majoritariamente, a manutenção do lucro e do poder, ficando longe de serem articuladas com o objetivo de suprir as inúmeras lacunas existentes, dentre elas a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência. Inovação no jornalismo também é pensar nas pessoas com deficiência. Eis o esforço de

ativistas, professores e pesquisadores em viabilizar a acessibilidade comunicativa enquanto status de característica basilar do jornalismo digital. Antes de assumir a problematização da acessibilidade comunicativa como característica do jornalismo digital, provocados por Bonito (2016), reportamos o esforço de qualificar o conceito de acessibilidade comunicativa.

Buscando a etimologia da palavra acessibilidade, observamos sua origem no latim *accessus*, que compreende “aproximação, chegada”, ou seja, atributo daquilo que é fácil de acessar, facilidade de aproximação, de procedimento ou de obtenção. A Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), em seu art. 3º-I, define acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia” de diferentes estruturas sociais, tais como urbanismo, transporte e informação. Nas especificidades da Web, Reinaldo Ferraz (2020) mobiliza a definição do W3C⁵ em relação à Web acessível, na compreensão de que os espaços digitais “são projetados e desenvolvidos para que pessoas com deficiências possam usá-los. Mais especificamente, as pessoas podem: a) perceber, entender, navegar e interagir com a Web; b) contribuir para a Web” (World Wide Web Consortium, n.d.). Observamos, portanto, que o conceito alcança uma ambiência digital acessível para todos, desde o acesso ao dispositivo de conexão, sua usabilidade, compreensão e interação entre usuários, sempre de forma autônoma. Ao imbricar o conceito às preocupações e particularidades do campo da comunicação, somos compelidos a discutir as inter-relações das PCD com os produtos comunicacionais.

Podemos compreender a acessibilidade a partir de duas entradas: a comunicacional e a comunicativa, sendo esta última a que verdadeiramente nos interessa por sua qualificação e potência (Bonito, 2015; Collar Berni; Bianchi, 2023). A acessibilidade comunicacional tem caráter pedagógico, de transmissão de informações, sendo findada com o acesso do sujeito ao conteúdo. Já a acessibilidade comunicativa vai além, preocupando-se com a produção de sentidos durante o processo de

⁵ Consórcio internacional que desenvolve padrões para Web.

adaptabilidade e, conseqüentemente, de recepção. Observamos a acessibilidade para além da simples transformação do conteúdo a partir de uma determinada ferramenta ou recurso de acesso, sendo pensada a partir dos conteúdos e discursos. Por exemplo, na audiodescrição de uma produção jornalística audiovisual, a trilha sonora acompanha a imagem e assume centralidade naquela narrativa. Nessa lógica, a acessibilidade comunicativa não apenas sinaliza que há um determinado efeito sonoro reverberando, mas preocupa-se em apresentar as especificidades, os sentidos e significados que são aflorados e mobilizados para que a tradução seja contemplada. Assim, podemos compreender a “acessibilidade comunicativa como um recurso de linguagem que, de maneira técnica, substitui a barreira informativa que impede o acesso das pessoas com deficiência sensorial (visual, auditiva e/ou cognitiva) aos conteúdos” (Bonito & Santos, 2020, p. 36).

Temos uma gama de recursos e técnicas que sustentam a prática da acessibilidade nos mais diferentes produtos jornalísticos e comunicacionais: a já citada audiodescrição para produtos audiovisuais; o intérprete de Libras para tradução de conteúdos sonoros; o sistema braille para textos e imagens impressas; a dublagem como recurso audiovisual; o *closed caption*, legenda automática para produtos audiovisuais, popular na televisão; e, mais particularmente, nas produções digitais e de telas, a legenda oculta para descrição de imagens e fotos; o contraste de cores; e a ampliação de textos para leitura, que, quando empregados de forma individual ou articulados de forma conjunta, garantem a participação autônoma dos sujeitos comunicantes com deficiência no processo comunicativo, que, por sua vez, exercem o direito humano à comunicação. Quando olhamos essa problemática a partir do jornalismo, recuperamos o entendimento da função social nobre que sustenta e dá sentido à profissão, a tessitura da informação em conhecimento, rompendo com as objeções comunicativas que isolam uma parte dos cidadãos desse conhecimento gerado. A analogia com o tecer, em detrimento do construir conhecimento a partir da informação, evoca a artesanania de noções, saberes e práticas de cuidado,

atenção e respeito para com as demandas de um público, rechaçando um modelo industrial hegemônico capitalista, que exclui as pessoas com deficiência a partir do argumento da dificuldade em produzir conteúdos particulares para esse público.

Todo esse contexto preambular dá sustentação para refletirmos sobre as contribuições que a acessibilidade comunicativa apresenta para a prática do webjornalismo, reconhecendo a cidadania comunicativa de pessoas com deficiência. Ao reiterarmos a acessibilidade como característica do jornalismo digital, não praticamos retórica, tampouco vislumbramos que sua simples adoção teórica será capaz de reformular as rotinas produtivas vigentes que negligenciam as demandas das PCD. Mas esse esforço, como atesta Marco Bonito (2016, p. 191), “contribuirá para a problematização e crítica da questão nos diversos âmbitos, sejam estes acadêmicos ou nas redações jornalísticas”. Está aí uma chave de leitura central que pode sinalizar caminhos para reformular as estruturas deficientes do webjornalismo: um entrelaçamento entre a academia e as redações.

É importante demarcar que, assim como em outros espaços, na ambiência digital as deficiências não podem ser compreendidas de maneira única, visto que demandam recursos específicos. Por exemplo, para navegar na internet de forma autônoma, pessoas com deficiência visual utilizam leitores de tela; já pessoas com deficiência auditiva, majoritariamente, utilizam tradutores de Libras e legendas. Perceba que o conceito de acessibilidade comunicativa engloba demandas particulares como essas, leva em consideração as dimensões operativas desses recursos e sinaliza nuances que vão perpassar todas essas práticas, calcadas na cidadania comunicativa para o exercício do direito à comunicação das pessoas com deficiência.

Ao olhar para a deficiência de outros meios e tecnologias de comunicação, podemos deduzir que a realidade na internet não seja diferente. Quem atesta é o Movimento Web para Todos⁶, a partir dos

⁶ Idealizado em 2017 em parceria com o W3C Brasil, é uma organização atuante pela causa da acessibilidade digital para pessoas com deficiência.

resultados da terceira edição do estudo *Acessibilidade na web brasileira* (BigDataCorp, 2021). De 16,89 milhões de sites ativos no país, apenas 0,89% são acessíveis. Nesse contexto, vale lembrar, inserem-se os portais de jornalismo.

Observando as demandas das pessoas com deficiência visual, a principal barreira enfrentada por esses sujeitos no webjornalismo e na ambiência digital é a falta de descrições de imagem. Isso porque os programas de leitura de tela reproduzem verbalmente todas as informações textuais, mas as particularidades de uma imagem se perdem. Há um ruído comum quando se apresentam essas demandas na prática jornalística, especialmente numa confusão entre legenda jornalística e descrição de imagem. Enquanto a primeira busca complementar de maneira informativa aquela produção, a audiodescrição traduz em palavras o que está na imagem.

Karina Segatto (2015), ao buscar compreender o modo como o webjornalismo da América do Sul manuseia os recursos de acessibilidade, visualiza o potencial para a promoção de uma inter-relação autônoma entre usuário e veículos, especialmente levando em consideração o contexto de convergência, hibridismo e multimidialidade com que o jornalismo se depara no digital, mas a utilização desses recursos não ocorre. Uma das leituras que sobressaem nesse aspecto diz respeito ao modelo de negócio do jornalismo. Para se tornarem acessíveis, os portais demandariam qualificar seu pessoal, seja na contratação de profissionais específicos para realizarem a “adaptação” do conteúdo jornalístico para os recursos de acessibilidade, seja na capacitação dos próprios editores, jornalistas e designers para tal ofício. Posicionar a acessibilidade como princípio requer investimento que, majoritariamente, é entendido como gasto, e não como possibilidade para o fortalecimento do jornalismo, aumento da audiência e o sentimento de exercitar de forma digna a função social confiada ao jornalismo. Outro modo de entender a problemática, mas que também se entrelaça ao modelo de negócio, é a formação acadêmica desses trabalhadores. Letícia Beilfuss (2016), ao investigar o Grupo RBS e se deparar com um jornalismo

deficiente, sem acessibilidade comunicativa nas práxis cotidianas, identifica elementos mobilizados para “justificar” a falta de acessibilidade. O desconhecimento do tema levou a maioria dos profissionais a associar a palavra “acessibilidade” a reportagens que tratavam de PCD como personagens das matérias. Houve relatos sobre a falta de preparação profissional para trabalhar com produção de conteúdo acessível no jornalismo, revelando uma não política de acessibilidade dentro da empresa e, conseqüentemente, quando perguntados sobre os recursos de acessibilidade, esses profissionais não demonstraram conhecer nem refletir sobre tais práticas. Como desdobramento, constatou-se que o grupo nunca realizou uma pesquisa sobre PCD como usuárias do site ou do aplicativo para smartphones e tablets da RBS. Esse caso potencializa a compreensão de uma exclusão ou descarte das pessoas com deficiência do processo jornalístico. Ao privilegiar ouvintes e videntes, os webjornais denotam que pessoas com deficiência não são seus públicos.

Aplicar a acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo digital garante a ação do campo da comunicação. O desconhecimento dos recursos por parte dos profissionais requer e provoca que observemos criticamente os currículos que nossas Escolas oferecem para seus estudantes. Há um efeito dominó: a ausência do debate em relação às pessoas com deficiência como sujeitos comunicantes na Universidade reverbera nas redações, que produzem conteúdos inacessíveis, levando à pobreza informacional de uma parcela de cidadãos e, por conseguinte, à falta da informação como conhecimento e poder. As relações sociais se fragilizam, retiram as PCD do debate, descartam suas opiniões e demandas do debate público, contribuindo para a crise jornalística, social e política.

Murilo Soares (2012) tensiona a necessidade social da informação, posicionando-a como um direito-meio que tem o potencial de proporcionar, a partir de escolhas e julgamentos de forma autônoma pelo sujeito, o acesso aos demais direitos, bem como à organicidade do dia a dia. Queremos aqui chegar a uma reflexão que amplia a problemática, é fato, mas que não deixa de ser um fator influenciador dessa

sociedade da pós-verdade que experienciamos. O jornalismo, ao descartar as pessoas com deficiência de suas audiências, está diretamente forçando esses sujeitos a buscar sanar suas necessidades informacionais em outras instâncias que, por sua vez, não possuem os compromissos ontológicos que marcam o exercício jornalístico e sua função. Não que esses ambientes “não jornalísticos” garantam acessibilidade, tampouco defendemos que o façam. Mas apontamos para uma equivalência entre os portais de jornalismo e os de desinformação a partir de um elemento prévio, retomando aqui a acessibilidade como acesso e entrada.

Para além de apontar a fragilidade das empresas jornalísticas e o descumprimento de leis que garantem a acessibilidade das PCD, fazemos um esforço final para refletir desde dentro, dos espaços acadêmicos e científicos. Uma autocrítica é necessária, e discutir compromissos de saída revela-se urgente.

Escolas de Jornalismo deficientes: um chamado em defesa do Jornalismo e da Cidadania

Reportando aos achados da pesquisa de Beilfuss (2016), temos que a falta de acessibilidade comunicativa na RBS está também intrinsecamente ligada à ignorância dos profissionais em relação às demandas das pessoas com deficiência, ou seja, a uma formação acadêmica deficiente que não prepara, tampouco estimula uma reflexão que revele a necessidade de garantir o direito humano à comunicação, de cumprir a Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015) e, sobretudo, de exercer o jornalismo em sua essência, como regem seus códigos deontológicos.

A acessibilidade comunicativa como característica do jornalismo digital compreende suprir exatamente tal lacuna, posicionando essa reflexão desde os debates basilares do fazer jornalístico na web. Está aí uma entrada capaz de, mesmo que de forma tímida, avançar na produção de conteúdos acessíveis: adotar o debate da acessibilidade a partir da especificidade de cada uma das disciplinas

formativas, até que se alcance a consolidação do debate e o exercício da acessibilidade comunicativa como componente de matriz curricular para as graduações em Comunicação Social.

Faz falta um dado materializado que revele em quantas Instituições de Ensino Superior a relação entre Comunicação e Acessibilidade é contemplada nas propostas pedagógicas curriculares. Essa ausência corrobora a compreensão de que o campo adota uma postura desatenta e pouco comprometida com essa prática. Em estudos que buscaram tensionar as estruturas curriculares na formação do jornalista (Antonioli, 2018; Bernardo & Leão, 2012), embora com objetivos distintos, é possível identificar uma semelhança: não se encontram menções a expressões que sinalizem a acessibilidade comunicativa no interior dessas estruturas pedagógicas. Tem-se, assim, ainda que de forma indireta, um dado que potencializa a percepção da ausência de espaços formativos voltados à reflexão, ao debate e à operacionalização de recursos e práticas de acessibilidade.

Esse debate não deve assumir um caráter meramente retórico, mas precisa ser incorporado como autocrítica pelas Escolas de Comunicação e efetivamente colocado em prática. Diante da burocracia universitária, que esforços podem ser empreendidos para transformar essa realidade? Criar disciplinas eletivas? Reformular os currículos? Promover palestras e oficinas que ampliem o debate? Organizar grupos de estudo e pesquisa? O fato é que os futuros profissionais precisam estar qualificados para exercer a profissão de forma ética e socialmente comprometida. Joana Belarmino de Sousa (2014), ao discutir a acessibilidade para pessoas com deficiência visual, aponta a necessidade de sua incorporação à formação universitária dos jornalistas, de modo a possibilitar a correção de rotinas produtivas deficientes e a construção de conteúdos livres de barreiras de acessibilidade. Nesse esforço coletivo, Samara Wobeto (2025), ao refletir sobre o ensino da acessibilidade em cursos de Jornalismo, apresenta proposições teórico-práticas de acessibilidade comunicativa na formação de jornalistas.

Nesse cenário, o debate se inscreve em um contexto de múltiplas crises do jornalismo: crises de representatividade, de legitimidade, financeiras e de qualificação profissional. É justamente nessa ambiência que o jornalismo precisa reafirmar seu compromisso social e democrático. Enquanto muitos esforços se voltam à construção de respostas para problemas contemporâneos específicos, o campo ainda carece de experiências de ensino, prática e pesquisa que enfrentem uma problemática elementar: garantir o acesso de todos os cidadãos ao jornalismo. Possibilitar que parcelas historicamente excluídas da população usufruam do serviço jornalístico fortalece não apenas o próprio jornalismo, mas também a dinâmica social, ao promover o exercício pleno da cidadania.

Falta, ainda, ampliar as pesquisas que envolvem a interface entre mídia e deficiência (Elcissor, Hagood & Kirkpatrick, 2021). Ao consultar os acervos dos periódicos classificados como estrato A na última avaliação da Capes⁷, a partir das palavras-chave acessibilidade, deficiência e pessoas com deficiência, identificam-se apenas três artigos que abordam diretamente a relação entre pessoas com deficiência e jornalismo digital. O primeiro analisa a audiência surda no webtelejornalismo do jornal paraibano *Primeira Mão* (Santos, Sousa & Leal Neto, 2021); o segundo examina a cobertura da mídia online no Brasil e em Portugal sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Pequim 2008, evidenciando o endeusamento dos atletas olímpicos em contraste com a perpetuação de estigmas sobre os paratletas (Figueiredo & Novais, 2010); e o terceiro, de caráter metodológico, discute pesquisas-junto de pessoas com deficiência (Maldonado; Collar Berni, 2025). Embora outros textos abordem a temática das pessoas com deficiência e os meios de comunicação nesses periódicos, o reduzido volume de pesquisas voltadas especificamente ao webjornalismo contribui para dimensionar a pertinência e a urgência de novas investigações.

⁷ Referente ao quadriênio 2017–2020, na área de Comunicação, Informação e Museologia.

Observa-se que muitos pesquisadores que se dedicam ao estudo das pessoas com deficiência no campo da Comunicação o fazem motivados por experiências pessoais, seja por serem pessoas com deficiência, seja pela convivência com PCD no núcleo familiar. Para que se fortaleça o conhecimento nessa interface, é necessário deslocar essas motivações do âmbito exclusivamente individual e reposicioná-las como uma demanda social, assim como tantas outras que se impõem ao campo. Seja no contexto das redações jornalísticas, seja nos laboratórios de pesquisa, essa consciência precisa ser despertada ainda na graduação e amadurecida ao longo do exercício profissional. Estimular essa formação constitui um ato de colaboração para a superação de barreiras que impedem as pessoas com deficiência de exercer, de forma autônoma, o direito humano à comunicação e, conseqüentemente, a cidadania.

Considerações finais

Ao assumirmos a comunicação como direito humano, que possibilita o exercício de outras premissas relativas à cidadania, tornam-se explícitas as falhas estruturais na forma como a acessibilidade é trabalhada no campo do jornalismo. A incipiência quantitativa de conhecimentos referentes às inter-relações entre pessoas com deficiência e jornalismo, desde as Escolas de Jornalismo até a prática do ofício, traz conseqüências diretas para a superação dessa problemática.

Dessa forma, o conceito de acessibilidade comunicativa não apenas contextualiza o indivíduo, mas também o insere de maneira integral, sinalizando e reconhecendo as particularidades de cada deficiência e tornando o processo de recepção e interação com a notícia uma experiência completa, capaz de proporcionar à pessoa com deficiência uma participação reflexiva, ativa e cidadã, a partir dos usos que opera nesse estreitamento com os produtos jornalísticos.

Torna-se ainda mais urgente, quando se comemoram, em 2025, os 30 anos do jornalismo digital, incorporar esse conceito como parte fundamental das características do webjornalismo e equipará-lo a aspectos apontados por Canavilhas (2014), como a interatividade. Tal movimento representa um avanço nas discussões acerca do jornalismo digital, no intuito de qualificá-lo e difundi-lo na relação entre teoria e prática. Entretanto, a lacuna presente nos currículos dos cursos de Comunicação, no que se refere às particularidades da experiência das pessoas com deficiência, torna esse processo lento, sendo necessária uma reformulação tanto das disciplinas teóricas quanto das práticas, a fim de preparar futuros jornalistas para a atuação profissional. Assim, trazer a discussão para os espaços de formação, a partir dos reflexos de um jornalismo deficiente e marcado pela ausência de acessibilidade, almeja, a longo prazo, fomentar consciência, compromisso, capacitação e o cumprimento da legislação nas instituições de comunicação, ainda que persistam problemáticas relacionadas à lógica financeira das empresas jornalísticas, que tratam o lucro como finalidade principal.

Uma consequência direta das barreiras de acesso que estruturam a comunicação diz respeito ao baixo número de jornalistas com deficiência inseridos no mercado de trabalho. É evidente que existem outras nuances sociais que corroboram essa exclusão, tais como estigma, preconceito e capacitismo. Contudo, observa-se que a ausência de profissionais que demandem acessibilidade no interior dos espaços jornalísticos potencializa uma realidade de ignorância e desprezo pelas especificidades desse grupo social. Em razão das limitações necessárias ao recorte deste artigo, tais questões foram mencionadas de forma breve, mas com o indicativo de que merecem atenção aprofundada em perspectivas de análises futuras.

A falta de acessibilidade comunicativa no jornalismo digital e, conseqüentemente, a exclusão de cidadãos do processo comunicativo, social e cidadão acionam um compromisso de todos aqueles que, direta ou indiretamente, lidam com a imprensa: refletir sobre como suas ações contribuem para a

manutenção da pobreza informacional das pessoas com deficiência e assumir a responsabilidade pela superação das barreiras que impedem a inter-relação livre e autônoma entre sujeitos e o jornalismo. Para além da garantia do direito à comunicação, o esforço de assegurar acessibilidade no webjornalismo contribui para o fortalecimento da credibilidade, da pertinência, da aderência e da referência do jornalismo no ordenamento da vida social cotidiana. Não se pode almejar um jornalismo forte negando sua presença aos cidadãos. Romper com o jornalismo deficiente exige ação.

Referências

Antonioli, M. E. (2018). Diretrizes curriculares e cursos de jornalismo: A formação do jornalista à luz da legislação educacional. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, 4(15), 6.

- Beilfuss, L. P. (2016). Acessibilidade comunicativa na práxis jornalística cotidiana (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal do Pampa, São Borja, RS, Brasil.
- Bernardo, C. H. C., & Leão, I. B. (2012). Análise das matrizes curriculares dos cursos de comunicação social com habilitação em jornalismo no Brasil: Um retrato da realidade nacional. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 35(1), 253–274.
- BigDataCorp. (2021). Estudo de acessibilidade em sites e aplicativos brasileiros (Edição 2021). BigDataCorp. <https://bigdatacorp.com.br/estudo-acessibilidade-em-sites-e-apps-brasileiros-ed-2021/>
- Bonito, M. (2016). A problematização da acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo digital. *Âncora – Revista Latino-Americana de Jornalismo*, 3(1), 175–193.
- Bonito, M., & Guimarães, L. (2023). (Re)pensar as deficiências das mídias e dos processos midiáticos. In S. Barbosa (Org.), *#AcesseJOR: Por um jornalismo digital acessível, inclusivo e inovador* (pp. 91–104). Editora LabCom.
- Bonito, M., & Santos, L. C. dos. (2020). Jornalismo digital: Reflexões teóricas e práticas educacionais a partir da acessibilidade comunicativa. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, 10(26), 28–39.
- Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
- Canavilhas, J. (Org.). (2014). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Livros LabCom.
- Collar Berni, F., & Bianchi, G. S. (2023). O direito humano à comunicação de pessoas com deficiência questionamentos e perspectivas no campo do jornalismo. *Revista Eletrônica Internacional De Economia Política Da Informação Da Comunicação E Da Cultura*, 25(1), 45–62.
- Collar Berni, F. (2024). Provocações para (re)pensar o ensino de acessibilidade comunicativa nos cursos de jornalismo. *Âncora – Revista Latino-Americana de Jornalismo*, 11, 150–166.
- Elcissor, E., Hagood, M., & Kirkpatrick, B. (2021). Rumo a um campo de estudos de mídia e deficiência. *Culturas Midiáticas*, 15, 32.
- Ferraz, R. (2020). *Acessibilidade na web: Boas práticas para construir sites e aplicações acessíveis*. Casa do Código.
- Figueiredo, T. H., & Novais, R. A. (2010). A visão bipolar do pódio: Olímpicos versus paraolímpicos na mídia on-line do Brasil e de Portugal. *Logos: Comunicação e Universidade*, 17(2), 78–89.
- Guareschi, P. (2013). *O direito humano à comunicação: Pela democratização da mídia*. Vozes.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). PNAD Contínua: Pessoas com deficiência 2022 – Resultados gerais. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=6481>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). PNAD Contínua: Pessoas com deficiência 2022 – Resultados gerais. IBGE. https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf
- Maldonado, A. E. (2013). Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizatória. In J. A. Bonin & N. M. do Rosário (Orgs.), *Processualidades metodológicas: Configurações transformadoras em comunicação* (pp. 87–103). Insular.
- Maldonado, A. E., & Collar Berni, F. (2025). Pesquisar-junto de pessoas com deficiência: Uma aposta transmetodológica e anticapacitista para o campo da comunicação. *Revista Observatório*, 11(1), Artigo a7.
- Mata, M. C. (2006). Comunicación y ciudadanía: Problemas teórico-políticos de su articulación. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 8(1), 5–15.
- Organização Mundial da Saúde. (2011). Relatório mundial sobre a deficiência. Organização Mundial da Saúde. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf
- Organização das Nações Unidas. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Salaverría, R. (2019). Periodismo digital: 25 años de investigación. *El Profesional de la Información*, 28(1). <https://doi.org/10.3145/epi.2019.ene.01>
- Santos, I. A. do, Sousa, J. B. de, & Leal Neto, J. P. (2021). Webtelejornalismo e acessibilidade: Análise de conteúdo do Jornal Primeira Mão a partir de notícias de interesse público e da audiência surda. *Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura*, 10(1).
- Santos, N. (2021, 13 de novembro). A cega sou eu, mas é a sociedade que não me enxerga [Post no Instagram]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/CXcMdQMrtOW/>
- Segatto, K. (2015). *Acessibilidade e multimídia no webjornalismo da América do Sul* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, Brasil.
- Soares, M. C. (2012). Os direitos na esfera pública mediática: A imprensa como instrumento da cidadania. *Cultura Acadêmica*.
- Sousa, J. B. de. (2014). Jornalismo e acessibilidade: Apontamentos sobre contratos de leitura para efeitos de reconhecimento de leitores especiais de jornais online. In *Anais do 5º Simpósio Internacional de Ciberjornalismo*. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
- UNESCO. (1983). *Um mundo e muitas vozes: Comunicação e informação na nossa época*. FGV.

Wobeto, S. L. (2025). Proposições teórico-práticas de acessibilidade comunicativa na formação de jornalistas (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

World Wide Web Consortium. (n.d.). Introduction to web accessibility. W3C Web Accessibility Initiative. <https://www.w3.org/WAI/fundamentals/accessibility-intro/>